

## **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 331, DE 2002**

**(Substitutivo do Relator)**

Dispõe sobre a criação do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional da Defensoria Pública da União - FUNADP, constituído pelos honorários de sucumbência, devidos aos Defensores Públicos da União nas ações em que participem, assim como pelas receitas que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Defensoria Pública da União, de que trata a Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, o Fundo para Aperfeiçoamento Profissional dos Defensores Públicos da União - FUNADP.

Parágrafo único. A administração dos recursos do Fundo ficará a cargo de um Conselho Gestor, composto pelo Defensor Público-Geral da União, que o presidirá, por um membro do Conselho Superior da Defensoria Pública da União, e por três representantes da categoria mais elevada da carreira, eleitos, pelo voto obrigatório, por todos os integrantes da Instituição, para mandato de dois anos, em conformidade com as instruções baixadas pelo Defensor Público-Geral da União.

Art. 2º Constituem receita do FUNADP as verbas devidas aos Defensores Públicos da União, a título de honorários de sucumbência, previstos no Código de Processo Civil e leis correlatas, assim como também:

I – as doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venham a receber de empresas públicas ou de economia mista;

II – os recursos provenientes de convênios, contratos ou acordos firmados com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

III – as transferências de outros fundos;

IV – as receitas decorrentes das aplicações de seus recursos orçamentários e extra-orçamentários, observada a legislação vigente; e

V - outros recursos que lhe forem destinados.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo serão alocados, exclusivamente, no aparelhamento da Defensoria Pública da União e na capacitação profissional dos respectivos membros.

§ 2º A receita destinada ao FUNADP será recolhida ao Banco do Brasil S.A., em conta especial, sob o título “Fundo para Aperfeiçoamento Profissional da Defensoria Pública da União - FUNADP”, à conta e ordem da Defensoria Pública da União.

Art. 3º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 20 de agosto de 2003.

**Deputado LUIZ ANTONIO FLEURY**  
**PTB-SP**